

Adriano Sant'Ana Pedra

Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP); Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV); Mestre em Física Quântica (UFES); Especialista em Justiça Constitucional e Tutela Jurisdicional de Direitos (Università degli Studi di Pisa); Especialista em Economia e Direito do Consumo (Universidad de Castilla-La Mancha); Pós-doutorado realizado no Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Professor do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Mestrado e Doutorado – em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV); Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – Mestrado Profissional – da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Membro da Associação Internacional de Direito Constitucional; Membro da Associação Mundial de Justiça Constitucional; Procurador Federal.

Mutação Constitucional

Interpretação evolutiva da Constituição na democracia constitucional

4ª edição

EDITORIA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Sumário

À guisa de introdução.....	1
1. Concretização constitucional	5
1.1 Texto e contexto.....	5
1.1.1 A linguagem jurídica e as suas peculiaridades	8
1.1.1.1 Ambiguidade	10
1.1.1.2 Vagueza	11
1.1.1.3 Textura aberta da linguagem	13
1.1.2 A superação da crença na neutralidade do intérprete	16
1.1.3 A interpretação dentro do contexto	27
1.2 Texto normativo e norma.....	36
1.3 Abertura da Constituição	46
1.3.1 Constituição aberta	46
1.3.2 Sistema normativo aberto de princípios e regras	55
1.4 Concretização normativa	63
1.4.1 Nova Hermenêutica	64
1.4.2 Estrutura da norma	66
1.4.2.1 Programa normativo	74
1.4.2.2 Âmbito normativo	75
1.4.2.3 Norma	80
1.4.3 A construção da norma em situações concretas	83
1.5 Concretização e mutação constitucional	87
2. Mutação constitucional.....	97
2.1 Transformações constitucionais	97
2.2 A Escola Alemã de Direito Público e a origem da teoria da mutação constitucional	102

2.2.1 Paul Laband.....	103
2.2.2 Georg Jellinek	105
2.2.3 Hermann Heller	110
2.2.4 Rudolf Smend.....	114
2.2.5 Hsü Dau-Lin	119
2.2.5.1 Mutação constitucional mediante prática que não vulnera formalmente a Constituição escrita	122
2.2.5.2 Mutação constitucional por impossibilidade do exercício de determinada atribuição descrita na Constituição.....	123
2.2.5.3 Mutação constitucional em razão de prática que contraria a Constituição	124
2.2.5.4 Mutação constitucional mediante interpretação da Constituição	125
2.3 O fenômeno da mutação constitucional.....	127
2.3.1 A superação da ideia de mutação constitucional como um problema	127
2.3.2 A mutação constitucional como um meio legítimo de mudança informal da Constituição	129
2.3.3 Alteração no âmbito normativo e mutação constitucional	135
2.4 Meios de realização da mutação constitucional	142
2.4.1 Interpretação constitucional oficial e interpretação constitucional não oficial.....	145
2.4.2 Mutação constitucional por meio da interpretação legislativa .	150
2.4.3 Mutação constitucional por meio da interpretação administrativa.....	155
2.4.4 Mutação constitucional por meio da interpretação judicial	161
2.4.5 Mutação constitucional por meio das práticas constitucionais	169
2.4.5.1 Usos constitucionais	170
2.4.5.2 Convenções constitucionais	171
2.4.5.3 Correções constitucionais	173

2.4.5.4 Costumes constitucionais	174
2.5 Coexistência de diversos intérpretes em uma democracia constitucional.....	188
2.5.1 Concretização em uma concepção procedimental de democracia	189
2.5.2 Concretização em uma concepção substancial de democracia	191
2.5.3 Concretização e democracia constitucional	192
3. Parâmetros normativos estruturantes das mutações constitucionais.....	195
3.1 Supremacia normativa da Constituição	197
3.2 Parâmetros relacionados com o programa normativo	202
3.2.1 Elasticidade do texto	202
3.2.2 Decisões vinculantes do Tribunal Constitucional.....	214
3.2.3 Vedação de abolição de cláusulas pétreas	222
3.2.4 Progressividade e vedação de retrocesso para direitos e garantias fundamentais.....	232
3.3 Parâmetros relacionados com o âmbito normativo	254
3.3.1 Restrições transcendentais	254
3.3.2 Integração com o consenso internacional.....	259
3.3.3 Aceitação legítima da sociedade.....	266
3.4 Parâmetros relacionados com a norma de decisão.....	280
3.4.1 Racionalidade das decisões	280
3.4.2 Interpretação por órgão competente: entre a tensão e o diálogo	284
3.4.3 Efeitos prospectivos da nova interpretação	300
3.5 Mutação inconstitucional	304
Considerações finais	313
Referências	319